

## Desapareceu a Margarida: notas sobre um caso de clínica extensa<sup>1</sup>

Cláudia Amaral Mello Suannes<sup>2</sup>

Resumo: Este artigo consiste na discussão de um caso que atendi como psicóloga perita em ação de guarda de filho. Utilizo os artigos *A mãe morta*, de André Green, e *O canibal melancólico*, de Pierre Fédida, para refletir sobre as peculiaridades da identificação materna que estariam em jogo no caso de uma mulher que, vivendo em uma constelação psíquica marcada por estados de vazio, não consegue ser mãe de seus filhos.

Palavras-chave: feminilidade, maternidade, identificação, melancolia

### Apresentação do caso

Quero antes afiançar  
que essa moça não se conhece  
senão através de ir vivendo à toa.  
Se tivesse a tolice de se perguntar “quem sou eu?”  
cairia estatelada e em cheio no chão.  
É que “quem sou eu?” provoca necessidade.  
E como satisfazer a necessidade?  
Quem se indaga é incompleto.  
(Clarice Lispector, *A hora da estrela*)

*Você precisa dizer ao juiz que eu não sou aquilo que ele está pensando*, Margarida me pedia entre lágrimas. Embora não soubesse explicar exatamente o que o juiz estaria pensando, ela evocava a figura do magistrado para depositar nele o saber sobre algo terrível que via em si, mas mal conseguia nomear. Os cabelos cacheados, brilhantes e volumosos que, no início da entrevista, emolduravam um rosto bonito no qual o verde dos olhos e o rosa dos lábios se destacavam da pele muito clara, aos poucos se transformavam em uma espessa cortina, por meio da qual ela tentava esconder esse mesmo rosto, agora desbotado, sem

- 1 Este artigo consiste em reprodução parcial de um capítulo do livro *A sombra da mãe: psicanálise e vara de família*, baseado em dissertação de mestrado defendida na PUC-SP. A pesquisa foi financiada pelo CNPq.
- 2 Psicóloga e Psicanalista, mestre em Psicologia Clínica pela PUC-SP, Professora do Instituto *Sedes Sapientiae*, Membro filiado do Instituto de Psicanálise “Durval Marcondes” da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo SBPSP.

contorno e tingido de uma cor única: o choro intenso e as mãos, que ela esfregava no rosto para enxugar as lágrimas, se encarregaram de colorir olhos, boca e pele de vermelho.

Chorando muito, Margarida se perguntava o que é uma mulher que abre mão da guarda dos filhos e permite que eles fiquem com o pai. *Abrir mão da guarda*, para ela, significa abandonar os filhos, não brigar por eles, não fazer questão de sua presença; equivale, enfim, a ser uma péssima mãe. Conclui que uma mulher assim é, entre outros adjetivos de igual valor depreciativo, uma mulher imprestável. Ora se incluindo na categoria desse tipo de mulher e recriminando-se por ter deixado o filho com o ex-marido, ora estendendo a autocrítica àqueles que estão à sua volta e justificando-se pesadamente ante às recriminações que supostamente provinham do exterior, Margarida falava da humilhação de ter perdido a guarda do filho e da necessidade de ganhar na Justiça para voltar a ser feliz. Sentiu-se feliz alguma vez? Não sabe ao certo. Mas estava muito infeliz e precisava desesperadamente que devolvessem a ela aquilo que lhe havia sido tirado. Como é que alguém tira um filho de uma mãe? É preciso, então, que o juiz compreenda que ela não é aquilo que, na contra-mão, ela diz que é, para ser restituída da perda que tanto a faz sofrer.

Meu encontro com Margarida ocorreu porque atuei como psicóloga perita em uma ação de Guarda de Filho. João, seu ex-marido, permanecera com o filho quando o casal se separou, e um ano depois ingressou com ação judicial para obter a guarda legal da criança, então com dois anos de idade. Embora tenha permitido que Cauê morasse com o pai e mesmo sendo pouco assídua nos encontros com o menino, sentiu-se humilhada de ter que declarar perante o magistrado que concordava que o filho ficasse sob guarda paterna. Assim sendo, não houve acordo na audiência e, por esta razão, o juiz determinou que a criança permanecesse sob guarda provisória do pai, pois já morava com ele havia mais de um ano, e solicitou estudo psicológico do caso para depois definir a situação.

Recebo, então, Margarida, João e Cauê<sup>3</sup> para as entrevistas necessárias à realização do estudo.

De acordo com João, a ex-mulher deixara a casa em que viviam sem dizer para onde iria, ficando vários meses sem ver o filho, que completara um ano de idade quando o casal se separou, e sem dar notícias de seu paradeiro. Margarida afirma, entretanto, que João sabia que ela voltara à sua cidade natal. Seja como for, ficou meses afastada do filho e quando retornou, continuou morando no mesmo bairro, a poucos metros de distância da casa do ex-marido e de uma escola frequentada pelo menino.

Estabeleceram uma forma de convivência que permitiria a ambos amplo contato com a criança: Cauê continuaria morando com o pai e frequentando escola em período integral; cada um seria responsável por buscá-lo em

3 Nomes fictícios.

determinados dias da semana, sendo que, nos dias destinados a Margarida, ela poderia, se quisesse, jantar com ele ou levá-lo para pernoitar em sua casa. João queixa-se de que frequentemente a ex-mulher esquecia-se de buscar o menino e, como os educadores não conseguiam localizá-la, cabia a ele abandonar o que estava fazendo, a fim de pegá-lo na escola.

Era esse o pano de fundo que havia, quando um acontecimento na festa do Dias das Mães serviu como estopim para João ingressar com a ação judicial.

A escola promovera um evento comemorativo ao Dias das Mães, no sábado anterior à data. As crianças confeccionaram, durante a semana, um presente a ser entregue no dia da comemoração. O evento consistia em uma apresentação musical, seguida de entrega de presente às homenageadas: cada grupo de crianças cantaria uma canção e, ao final, todos iriam em direção às respectivas mães, para lhes entregar aquilo que haviam confeccionado. Quando a música acabou, Cauê ficou parado com o presente nas mãos, tentando localizar a mãe em meio a uma profusão de mulheres e crianças que corriam e se abraçavam. Margarida não estava lá. Ao ver o filho perdido na multidão, sozinho e sem ter a quem entregar o que trazia nas mãos, João pediu para uma amiga receber o pacote. Sentiu uma tristeza profunda e, depois, muito ódio de Margarida.

Decidiu, então, requerer a guarda legal do filho. Para respaldar seu pedido, juntou provas, como é de praxe nos processos judiciais, de que a criança já estava sob os seus cuidados. As professoras e os funcionários da escola atestaram a prontidão do pai para acompanhar as atividades do filho e as reiteradas ausências da mãe, seja nas atividades para as quais era convocada, seja na hora da saída escolar. Mencionaram a impontualidade e o aspecto descuidado que Cauê apresenta quando chega à escola depois de uma noite ou fim de semana com a mãe.

A comemoração do Dia das Mães, assim como outros aspectos da vida de Cauê, pareciam não ter registro para Margarida. Aquilo que, do ponto de vista de João, era indicativo de abandono do filho, passava despercebido para ela: o menino estava bem com o pai. Que diferença fazia ela estar presente ou não?

Margarida chora muito e fala pouco. Refere-se tão somente à tristeza de ter perdido aquilo que daria sentido à sua vida: não se interessa por nada, não vê graça em coisa alguma e sente-se imprestável.

O objeto supostamente capaz de lhe devolver a felicidade que ela nem sabe se experimentara algum dia aparecia palidamente em seu discurso. O nome da criança, sua idade e suas particularidades teriam passado despercebidos para mim, se eu dependesse apenas do seu relato para saber sobre o menino. De uma maneira indireta e também confusa, soube da existência de Juliana, uma filha adolescente que morava com a mãe em uma cidade distante. Estava lá porque o melhor para a menina era estar junto da mãe.

A ambiguidade da palavra “mãe”, exposta acima, se mantinha em seu discurso – e no da jovem, com quem também tive a oportunidade de conversar, – e a palavra “avó” não aparecia para esclarecer o mal-entendido. Ou não haveria mal-entendido para ser esclarecido? De todo modo, embora soubesse ser filha biológica de Margarida, era na genitora desta que Juliana reconhecia sua figura materna. Margarida não se importava. Sabia que a mãe era melhor do que ela e que o melhor para Juliana era estar com a mãe: estando com a mãe, ela estaria bem. Nem era preciso telefonar para elas ou visitá-las para saber disto. Também sabia que João era a melhor pessoa para cuidar de Cauê.

Então chorava novamente sua humilhação e fracasso, dizia que se sentia inútil, e, sobretudo, muito infeliz; mas sabia que, se ganhasse na Justiça, voltaria a sorrir.

O sofrimento com que Margarida experimenta o fato de não ter a guarda legal do filho faz indagar: que perda é essa que tanto a faz sofrer?

Margarida padece por ter perdido a guarda do filho, entretanto o menino está onde sempre esteve: a poucos metros de distância de sua casa. Mas ela não vai ao seu encontro. A escola e o ex-marido aceitam que ela visite a criança nos horários que lhe convierem, mas ela não vai. Não vai à casa em que Cauê mora porque o ex-sogro, que reside no mesmo local, foi ríspido com ela; não vai à escola porque se sentiu humilhada pela declaração assinada pela professora, muito embora não saiba explicar qual era o teor deste documento. Não os critica nem se insurge contra eles; comenta que chega até a compreendê-los por terem-na tratado dessa forma. Apenas não sente vontade de ir porque está triste e desanimada.

Às vezes, ela me diz, sente muita saudade do filho e então vai a uma praça que fica a um quarteirão da escola, para poder vê-lo. De lá, no alto de um pequeno morro, consegue avistar o pátio no qual as crianças brincam. E como faz Cauê, quando quer vê-la? A pergunta lhe causa estranheza. Como assim, ele quer vê-la? Não lhe ocorre que o filho sinta sua falta. Ser importante para o outro a ponto de fazê-lo sofrer com sua ausência, imaginar-se destinatária de um presente confeccionado pelo filho, ou ser a figura central de uma homenagem pelo Dias das Mães são ideias tão distantes que ela não encontra palavras para responder à esdrúxula pergunta que lhe faço. Diz que é por isso que quer a guarda do filho e retorna ao discurso no qual a medida jurídica é referida em termos da necessidade de aplacar o sofrimento pela perda.

### Primeiras hipóteses: a dor da perda

A saudade é o revés de um parto  
A saudade é arrumar o quarto  
Do filho que já morreu  
(Chico Buarque, Pedaco de mim)

Margarida refere-se à necessidade de obter a guarda legal do filho para aplacar a dor da perda de um objeto amoroso e, do ponto de vista manifesto, esse objeto seria o menino Cauê. *Como é que alguém tira um filho de uma mãe?* pergunta, quando justifica seu estado emocional em função da perda da guarda.

A perda de um objeto amoroso, seja por morte, desaparecimento ou rompimento de vínculo, implica, de fato, um estado de ânimo doloroso e exige do enlutado um penoso trabalho psíquico, pois as exigências da realidade, lembra-nos Freud, em *Luto e melancolia*, não são atendidas de bom grado, nem imediatamente. O trabalho de luto consiste em um processo por meio do qual o sujeito vai desembaraçando e recolhendo, fio por fio e na medida do possível, a libido que o enlaça ao objeto que não existe mais. Enquanto está realizando o trabalho de elaborar o desaparecimento do objeto, o enlutado vive um processo que se caracteriza pela perda da capacidade de amar, por inibição das capacidades de realizar tarefas e em desinteresse pelo mundo externo, que perdeu o encanto desde que foi desabitado pelo objeto amado.

Para lidar com a perda, o sujeito ora aceita, ora nega a dura realidade que lhe é imposta. Assim, ao realizar o trabalho de retirar do objeto que não existe mais a libido que nele foi depositada, o sujeito acaba lembrando e revivendo as experiências vividas com o objeto. O processo de rememoração e investimento das lembranças, que é inevitavelmente doloroso, permite que o sujeito teça o objeto perdido dentro de si e, desse modo, a realidade da perda pode vir a ser tolerada porque a existência psíquica daquele que se foi continua a ser sustentada pelo sujeito. Nessa mesma linha, ao analisar os processos de reação à perda de objeto, Abraham afirma que, mesmo no chamado “luto normal”, a pessoa reage à perda realizando uma introjeção temporária da pessoa amada, como se por meio desse movimento dissesse: “meu objeto amado não se foi, porque agora o trago dentro de mim e nunca mais poderei perdê-lo” (Abraham, 1924/1970, p. 98).

No caso em questão, entretanto, vimos que, ao menos do ponto de vista de um observador externo, o objeto supostamente perdido está ao alcance das mãos do sujeito, podendo facilmente ser restituído ao lugar de objeto de seu investimento libidinal;<sup>4</sup> não houve, portanto, uma perda *real*. O fato de a guarda

4 A formulação “o objeto está ao alcance das mãos, podendo ser *restituído* ao lugar de objeto de investimento” parece pouco adequada para descrever o que se passa com Margarida, porém, neste momento, está sendo usada como descrição do que aparece como manifesto em seu discurso.

legal da criança ter sido atribuída ao pai, não representou a impossibilidade de conviver diariamente com o filho. Entretanto Margarida está tão abatida pela perda que não consegue fazer um movimento em direção ao mundo que, paradoxalmente, é habitado pelo objeto ao qual atribui a capacidade de tirá-la desse estado de ânimo doloroso.

Ao mesmo tempo, não há em seu discurso menção às particularidades do filho, às vicissitudes do vínculo, ou, ainda, alguma referência que dê a medida da existência do objeto em seu psiquismo. Não me refiro apenas à dificuldade de reconhecer a alteridade da criança, mas ao tênue registro do que é esse objeto, supostamente alvo de seu investimento amoroso. Pergunto como é Cauê, e ela me entrega, silenciosamente, uma foto três por quatro. *Do que ele gosta de brincar?* Dessas coisas que as crianças brincam. *Como é quando estão juntos?* Normal. *Normal, como?* Normal, nada de mais ...

Perguntamos acima que perda é essa que faz Margarida sofrer, supondo uma determinada relação com o objeto. Vimos, entretanto, que a ideia da criança como objeto perdido é algo que diz respeito apenas ao discurso manifesto. Reformulemos, então, a mesma questão, agora em outros termos: o que se perdeu em Margarida, quando a guarda do filho foi atribuída ao pai? Lembremos de que, ao deferir a medida jurídica, o juiz nada mais fez do que homologar a situação que ela própria havia definido.

Ao analisar os processos psicológicos que ocorrem quando o sujeito vive uma perda, Freud lembra que não é a natureza do objeto que distingue o luto da melancolia; antes, o que diferencia um processo do outro é a natureza da relação com o objeto.

Nas palavras de Freud,

consideramos razoável supor que [na melancolia] tal perda [do objeto] tenha de fato ocorrido, mas não conseguimos saber com clareza o que afinal foi perdido; portanto, temos motivos para achar que também o doente não consegue nem dizer, nem apreender conscientemente o que perdeu. Esse desconhecimento ocorre até mesmo quando a perda desencadeadora da melancolia é conhecida, pois, se o doente sabe *quem* ele perdeu, não sabe dizer *o que* se perdeu com o desaparecimento desse objeto amado. Isto, portanto, nos leva a relacionar a melancolia com uma perda de um objeto que escapa à consciência, diferentemente do processo de luto, no qual tal perda não é em nada inconsciente. (Freud, 1915/2004b, p. 105)

Vimos que Margarida se refere constantemente a uma perda e à necessidade de ganhar na Justiça. Do ponto de vista da lógica adversarial, que muitas vezes preside as disputas judiciais, *ganhar* em uma ação de guarda de filho significa obter a guarda dessa criança, o que confere ao guardião a prerrogativa de morar com o filho. É preciso compreender, entretanto, que *ganhar na Justiça* tem um significado particular para Margarida. Ela está convencida de que João

é a melhor pessoa para cuidar de Cauê e que eles querem ficar juntos. Não pretende levar o menino para sua casa.

Entretanto, o ato do juiz que corroborou essa concepção é vivido como uma terrível condenação. *A guarda do filho*: isso é tudo que ela pode dizer, quando pergunto o que ela perdeu quando a guarda legal foi atribuída ao pai. Tentando examinar o que se passa internamente com ela diante dessa situação, Margarida fala de si como uma mulher imprestável porque perdeu a guarda e, de modo circular, que perdeu a guarda porque é uma mulher imprestável.

Ao situar a autodepreciação e o empobrecimento do Eu como características que distinguem a melancolia do luto, Freud estabelece que, enquanto o luto diz respeito a uma perda do objeto, a melancolia envolve uma perda no Eu. O quadro da melancolia, afirma Freud, ressalta o desagrado moral para com o próprio Eu.

Projetada no juiz, Margarida pode olhar para essa figura que expressa a condenação e o desagrado moral para com esse alguém que não é senão ela própria. Por um lado, ela reprova e deprecia as mulheres que [como ela] não cuidam de seus filhos; por outro, vive a dor de ser tão severamente criticada por fazer parte da classe das “péssimas mães”.

Como se vê, Margarida está de tal modo enredada nesse conflito que não consegue fazer um movimento em direção aos filhos: a concepção de ser desposuída de algo de valor a impede de se perceber importante para eles. Juliana, que nem é nomeada como filha, raramente recebe um telefonema ou visita da mãe; o menino, que poucas vezes é referido pelo nome, também.

A referência a *Luto e melancolia*, acima, não foi feita com o intuito de estabelecer um diagnóstico diferencial ou um quadro nosográfico, até porque não parece se tratar de um caso de melancolia. Antes, tal referência visa a reafirmar uma particularidade importante desse caso, qual seja, a de que *ela vive uma perda cujo sentido se lhe escapa*, bem como o empobrecimento do Eu que se associa a essa perda, pois fizemos anteriormente uma afirmação que precisa ser revista. Quando indagávamos acerca da natureza da perda sofrida por Margarida, mencionamos que o objeto supostamente perdido (o filho) está ao alcance de suas mãos, podendo ser restituído ao lugar de objeto de investimento libidinal. *Restituir* significa restabelecer o estado anterior, e implicaria, portanto, a noção de que ele tenha ocupado esse lugar. Teria ele sido objeto de investimento libidinal materno?

Diante do choro que lhe desfigura o rosto, da queixa que se apresenta com poucas palavras e do lamento pela perda de um objeto sem nome e sem identidade, tento buscar em mim associações que me permitam imaginar a natureza dessa perda e a magnitude da dor que ela contém. Não me ocorre muita coisa. Tempos depois, ao tentar reconstruir o que foi o trabalho com Margarida, lembro-me de um trecho da canção de Chico Buarque, *Pedaço de*

*mim*: “A saudade é o revés de um parto/ A saudade é arrumar o quarto/ Do filho que já morreu”.

Esta canção evoca o trabalho de luto e sua lembrança, à primeira vista, parece pouco apropriada para representar o que se passa com Margarida. Contudo, pode ter algum sentido quando tomada pelo seu reverso. Há algo de irrepresentável na perda da guarda que se aparenta com a morte. Mas a essa morte não se ligam lembranças nem memórias e, conseqüentemente, não há investimento em lembranças e em experiências vividas com o morto que permitam que ele se mantenha vivo enquanto representação. O filho de Margarida não morreu, porém em seu quarto não há nada para ser arrumado, pois ele está vazio. Já não há vestígios de sua existência no espaço que ele teria ocupado no psiquismo da mãe. Nesse caso, morreu o objeto de amor ou o amor ao objeto?

Como vimos em *Luto e melancolia*, se no luto foi o mundo que se tornou pobre e vazio devido à morte do objeto, na melancolia a proposição se inverte e é o Eu que se torna pobre e vazio. Porém, a noção da melancolia não parece ser suficiente para pensar nessa mulher que se vê às voltas com a impossibilidade de sustentar uma imagem unificada de si mesma e de representar aquilo que está ausente. A dificuldade de manter uma continuidade nas relações e a impressão que ela transmite de que vive como se não existisse para os outros e como se os outros não existissem para ela convoca-nos a perguntar: se o ausente não pode ser representado, qual teria sido a qualidade de sua presença?

### Margarida e a mãe

O contexto no qual se travou meu encontro com Margarida e sua disposição psíquica não permitiram saber muito sobre sua relação com a mãe. Se o conteúdo de seu relato não permite acesso à história de suas relações intersubjetivas, a forma desse relato, por sua vez, deixa entrever algumas características de sua relação com o objeto primário. De acordo com Christopher Bollas:

Outra forma de rememorar os primeiros anos de vida é por meio da linguagem própria de cada um ao refletir os assuntos e falar consigo mesmo. Analiso nossa relação com o *self* como um objeto e dou um enfoque especial ao transferir do sistema de cuidados maternos para o sistema de cuidados do *self*. A relação com o *self* como um objeto é, sem dúvida, um aspecto importante de nossa vida já vivida. (Bollas, 1992, p. 16)

E adiante, o autor adverte:

Embora não me detenha na forma como distinguir a mãe real daquela criada pela fantasia inconsciente, penso que os psicanalistas devem tentar diferenciar as



representações reais das fantasiosas. A mãe da qual se fala, ou a subentendida através das relações objetais na transferência, será sempre, é claro, uma composição do real e do fantástico. Isso, no entanto, não deve impedir o analista de empenhar-se em coletar os detalhes e de analisar o traço da mãe real. Acho que não é o caso de se responder à pergunta “Mas, como poderemos saber como a mãe era *na realidade?*”, pois existe um conflito inevitável, porém básico, entre os dois sistemas de representação e os dois objetos (ou duas mães). Um sistema de internalização e representação registrará o pai e a mãe reais, enquanto o outro sistema de internalização e representação refletirá a mãe dinamicamente inconsciente, que engloba as projeções do analisando. O histórico e o fantástico, o real e o imaginário estão engajados em uma interminável e inevitável dialética. Desistir da tentativa de falar sobre a história real (como oposta à história da fantasia) é omitir-se dessa dialética e, no meu ponto de vista, diminuir inapelavelmente a riqueza e a complexidade da vida humana. (Bollas, 1992, pp. 18-19).

Como dissemos, temos poucos elementos sobre a relação de Margarida com sua mãe. Esta é apresentada de forma idealizada, mesmo quando suas palavras, que se fazem ouvir pela voz da filha, ressoam como ataque, e seu silêncio sugere abandono.

E como é a mãe, a quem chamarei de Dolores, quando descrita pela filha? Uma mulher sofrida, que teve mais uma decepção na vida, ao saber que sua filha engravidara aos dezessete anos. Ela era uma menina que fez questão de virar mulher antes da hora, dizia a mãe. E ao virar mulher, obrigava a outra a se tornar avó aos quarenta e dois anos de idade e, portanto, velha antes da hora. A mulher que sonhara com uma família numerosa teve que abdicar do desejo de voltar a ser mãe: era hora de fechar a fábrica, aposentar-se e resignar-se. Agora, era a vez de Margarida e ela, Dolores, passaria para o segundo escalão, destino inelutável das mulheres que se tornam avós.

O então namorado rompeu o relacionamento quando Margarida estava gestante, não assumiu a paternidade da criança e nem chegou a conhecer a filha. Quando Juliana nasceu, a jovem mãe se viu incapaz de cuidar sozinha da recém-nascida. Precisou da ajuda da genitora, que, sempre enaltecida pelas suas virtudes maternas, não pôde ser mãe da mãe, isto é, não cuidou da filha adolescente de modo a apoiá-la ou a ensiná-la a cuidar de seu bebê. O olhar decepcionado e triste da mãe mais experiente e seus suspiros diante da moça desajeitada que tentava banhar a criança, ou aninhá-la em seus braços muito magros, foram para a jovem a confirmação de sua incapacidade de ser mãe. Tomando para si a função de cuidar de Juliana, Dolores decretou, sem dizer palavra, a falta de aptidão da jovem mãe para o ofício, destituindo-a, desse modo, de seu lugar junto ao bebê.

Sobre o pai, um homem cerca de vinte anos mais velho que a mãe, comentou que, sendo um homem tradicional, ao saber da gestação da filha, reprovou o fato de ela engravidar sendo solteira. Não a visitou na maternidade e depois manifestou pouco interesse pela filha e pela neta. Algum tempo depois, Margarida deixou mãe e filha em sua cidade natal e mudou-se para um local distante. Também deixou o pai e irmãos – dois ou três rapazes – mas a referência a eles é, ainda, mais esparsa. Por fim, a segunda gravidez e o nascimento de Cauê seriam, de acordo com a mãe, a grande oportunidade de Margarida aprender a cuidar de uma criança e fazer por ele o que não fizera por Juliana.

Quantos filhos teve Dolores, por que não teve outros, se assim o desejava e qual a relação entre a gravidez de uma e a suposta infertilidade da outra, são perguntas que Margarida não sabe responder ou oferece respostas que não têm lastro suficiente para permanecerem em minha memória. De outra parte, o fato de se referir à mãe como sendo sofrida e de não ter tido a família numerosa com que sonhara, bem como a referência às decepções por ela sofridas, não nos autoriza a afirmar que ela tenha vivido uma depressão na infância da filha, contudo convida à formulação de uma hipótese nesta direção.

Ao mesmo tempo, o aparente luto de Margarida diante de uma criança viva, essa quase morte que se interpõe entre mãe e filho, faz pensar sobre a natureza da sua relação com o objeto primário e, assim como as referências que Margarida faz à mãe, evocam o artigo de André Green, *A mãe morta*. De outra parte, o artigo *O canibal melancólico*, de Pierre Fédida, contém elementos importantes para analisar a questão da identificação e, como o trabalho de Green, traz para o primeiro plano a problemática da identificação no processo de constituição do Eu. Os dois autores nos ajudam, então, a conjecturar sobre a natureza da identificação de Margarida com a mãe.

### **Green e Fédida: O amor hipotecado à mãe morta e o canibal melancólico**

A palavra canibalismo vem do espanhol canibal, alteração de caribal, caribe, palavra da língua das Antilhas significando “ousado”. No sentido figurado, a palavra designa o homem cruel e feroz. Não seria isto apenas a metade da verdade, já que o canibal ama tanto o seu próximo que o come – e não come senão aquilo que ama?  
André Green

“Se tivéssemos que escolher um único traço para marcar a diferença entre as análises atuais e o que imaginamos que poderia ser outrora, é provável que concordaríamos em situá-la em torno dos problemas do luto”. Iniciando assim seu artigo sobre a mãe morta, André Green, que não tratará de situação da morte real da mãe, dedicar-se-á a analisar a imago que se constitui na psique da criança em consequência da depressão materna. Trata-se da mãe que,

estando viva, afigura-se como morta aos olhos do filho, transformando a fonte de vitalidade da criança em uma figura quase inanimada, que impregna seus investimentos objetual e narcisista.

Os pacientes aos quais o autor se refere não apresentam traços característicos da depressão durante as entrevistas preliminares, porém apresentam sintomas que refletem o fracasso de uma vida afetiva amorosa ou profissional, subtendendo conflitos mais ou menos agudos com os objetos próximos. Muitas vezes o paciente conta uma história pessoal e, ao ouvi-la, o analista pensa consigo mesmo que poderia ter havido uma depressão na infância que o paciente não menciona (Green, 1988, p. 254). O complexo da mãe morta, nos diz Green, é uma revelação da transferência.

Quando Margarida se refere à relação com a mãe durante sua primeira gestação e o puerpério (e só se refere a ela quando fala deste período), as poucas palavras que se lançam e se dispersam logo em seguida ora ressoam como desqualificação da mãe em relação a ela, ora sugerem uma mãe distante que não deu à filha a sustentação da qual esta necessitava para cuidar de seu bebê. Ao mesmo tempo, o choro que borra os contornos de seu rosto, a dor que não pode ser mediada por palavras e todos os demais elementos presentes no modo como estrutura o discurso são indicativos de um Eu que não foi suficientemente libidinizado. É como se faltasse a ela o cimento (metáfora usada por Green no trabalho citado) que mantém a unidade do Eu e que reúne seus componentes de modo a constituir um sentido de existência.

Assim, esses elementos não sugerem apenas que Margarida não tenha encontrado a sustentação necessária para ser mãe, mas, antes, para ser. Refiro-me a algo que diz respeito ao processo de constituição narcísica básica, anterior ao de saber-se homem ou mulher. Se assim for, aquilo que foi referido à relação com a mãe na adolescência, poderia ser compreendido como uma reedição ou uma representação possível de uma experiência mais precoce e constitutiva.

Retornemos ao texto de Green.

Retomando brevemente a concepção sobre angústia em Freud, o autor propõe uma diferenciação entre dois tipos de angústia. O primeiro deles está ligado à ideia de angústia de castração, na qual esta é evocada no contexto de uma ferida corporal associada a um ato sangrento, uma angústia “vermelha”, como nos diz o autor. O outro tipo seria aquele que se liga a perdas ou ameaças de abandono e, embora contenha destrutividade, essa angústia não tem relação com uma mutilação sangrenta, mas com estados de vazio, por isso denominada “branca”. Esses estados, que o autor refere à “clínica do vazio”, são resultado de um desinvestimento massivo, que deixa marcas no inconsciente sob a forma de buracos psíquicos.

Neste ponto seria importante marcar brevemente os efeitos da separação mãe/filho quando o objeto materno é uma presença viva e seu amor é

suficientemente seguro, para depois distingui-la das separações que ocorrem em contexto de súbito desinvestimento materno.

No contexto da criança cujo objeto materno é uma presença viva e seu amor é suficientemente seguro, a ausência materna não abala a confiança na existência do objeto. Nestas situações, a presença viva seria como um perfume que emana do objeto, impregna o espaço e não desaparece quando ele se ausenta. Ou seja, há uma qualidade do investimento materno que se faz presença no psiquismo da criança de uma forma tal que esta pode suportar e sustentar a ausência, pois esse “perfume” de alguma maneira lhe diz que o objeto continua existindo.

Nessas situações, nos diz Green, a separação favorece o apagamento da mãe enquanto objeto de fusão, o que permite que a criança invista o próprio eu, o qual, por sua vez, tem libido suficiente para representar o objeto ausente e passa a dispor de condições para investir outros objetos que não o primário.

Para a criança que sofreu o súbito desinvestimento materno, contudo, a ausência do objeto repercute de outra maneira. A ausência dá à criança a medida de sua impotência e, como não houve libido suficiente para tecer o objeto ausente dentro de si, o Eu vai lançar mão de outros recursos para tentar suportar a separação. Depois de tentar, em vão, reparar a mãe que está absorta em seu luto e de viver a perda do amor e a ameaça de perder a mãe, o Eu passa a pôr em movimento uma série de defesas de outra natureza. A mais importante delas será o desinvestimento do objeto materno.

Nas relações posteriores, o sujeito, preso à repetição, fará do desinvestimento a defesa em relação ao objeto passível de decepcionar, o que o deixará vulnerável em sua vida amorosa. É como se o desinvestimento gelasse o amor e o objeto primário permanecesse conservado no frio. Desse modo, o estabelecimento de uma relação objetal durável e o engajamento que está implicado em uma relação na qual haja preocupação com o outro provocam, nas palavras de Green, uma ressurreição da mãe morta, pois o sujeito não dispõe de um investimento capaz de sustentar uma relação amorosa com o objeto.

Tornar-se mãe implica necessariamente um processo de identificação com o objeto materno. No caso de uma relação tão marcadamente ambivalente – a mãe amada e enaltecida pelos atributos maternos é também a mãe odiada, aquela que a desqualifica, decreta sua incapacidade e falta nos momentos em que a filha precisa – o que pensar sobre a identificação com esse objeto?

Na família de Margarida, “ter um filho” parece ser sinônimo de “ser mãe”. Como mencionamos acima, ao dar à luz uma criança, ela se vê exigida de exercer uma série de cuidados em relação ao bebê, como se pudesse exercê-los em detrimento de si mesma, sem contar com uma retaguarda que lhe dê confiança em relação às suas condições para cuidar e na qual ela sinta segurança de que pode se dedicar ao outro sem se aniquilar. Na aritmética orquestrada pela família, lá onde se veem três (Juliana, Margarida e Dolores) não é possível que

haja duas mães e duas filhas. Ela não pode ser mãe e continuar sendo filha. Ser mãe, portanto, implica perder a mãe.

Margarida não parece estar disposta a aceitar essa perda e seria surpreendente se o fizesse de bom grado. Nesse ponto, a metáfora do canibalismo, nos moldes como analisada por Pierre Fédida, contribui para a reflexão sobre a natureza da identificação que poderia estar em jogo nessa situação.

O termo canibalismo, que se associa ao ato de se apropriar do objeto, devorando-o, evoca a ambivalência inerente à identificação narcísica que ocorre na escolha de objeto e, ao mesmo tempo, fala de um movimento que tenta negar a existência do objeto como separado de si. O sonho canibal, anota Fédida, consiste em uma transgressão imaginária de uma falta, isto é, para não perder o outro, o Eu utiliza-se de um recurso (a devoração) que o destrói. Dito de outro modo, para não perder o outro, o sujeito se torna esse outro e cria-se o que Fédida chama de “identidade ilusória do mesmo”.

No caso que estamos acompanhando, diante da possibilidade de sucumbir à perda da mãe, Margarida *vira* a mãe [de Juliana] que, ao mesmo tempo, é a filha [de Dolores]. Não houve uma identificação no sentido de ela vir a ser *como* a mãe, isto é, ocupar um lugar materno em relação à filha. Margarida *vira* a mãe que é, a um só tempo, ela mesma e a outra, assim como ela e Juliana são, também, filhas de Dolores. Por meio desse arranjo, não há neta nem avó, e mãe e filha permanecem inseparáveis. A confusão de saber quem é quem quando Margarida diz que [sua filha] Juliana está com a mãe ilustra essa particularidade a que estou me referindo.

Contudo, apropriar-se das qualidades do outro destruindo-o e devorando-o, não significa que esse outro se mantenha como uma presença viva. A incorporação, nos adverte Fédida, não aplaca a angústia da perda e, nesse sentido, o título do artigo – *O canibal melancólico* – é bastante elucidativo desse movimento de uma introjeção impossível, ou, mais especificamente, da relação com um objeto inintrojetável.

A relação com esse objeto inintrojetável tem como pano de fundo a marca do desinvestimento a que nos referimos acima, ao trazermos para a discussão o belo trabalho de Green sobre a mãe morta.

Assim, “ser a mãe” não significa uma identificação com o aspecto vital ou amoroso do “ser mãe”, pois não se trata de uma identificação com o objeto, mas de uma identificação negativa, ou seja, uma identificação com o buraco deixado pelo desinvestimento. Para não evaporar, o volátil amor do objeto foi congelado e esta é a única forma de ele não se perder para sempre: o objeto só se mantém à custa de uma conservação no frio. Ser mãe significa, então, ter dentro de si a mãe, naquilo que ela tem de não materno, ou, se quisermos, de não-mãe, pois é justamente o aspecto desvitalizado o que pode ser introjetado.

Configura-se, então, um quadro que se caracteriza pela inclinação para manter sua unidade tendendo a zero, ou seja, no esforço para manter inalterado

o pouco que resta, para evitar novas perdas. Sendo assim, o amor hipotecado ao objeto primário não pode ser disponibilizado para novos investimentos. Preso ao amor gelado do objeto primário, o Eu se vê às voltas com a impossibilidade de investir novos objetos e revive, repetidamente, uma perda que se traduz pelo sentimento de vazio.

### Ganhar o que se perdeu

Segundo a *mãe-de-sua-filha-Juliana*, o nascimento de Cauê seria a grande oportunidade de Margarida aprender a cuidar de uma criança e fazer por ele o que não fizera por Juliana.

O engodo de atribuir à maternidade a faculdade de torná-la capaz de amar cria uma armadilha que aumenta o fosso entre aquilo que ela é e aquilo que gostaria de ser, incrementando, assim, o conflito intrapsíquico que ela já vive. Se, por um lado, a maternidade se lhe apresenta como uma promessa de refazer o próprio narcisismo e amar a si mesma ao se ver capaz de amar o outro, a maternagem, em contrapartida, exige um investimento e uma dedicação ao outro que ela não é capaz de sustentar, e ela se vê, então, abalada em seu narcisismo.

Ao mesmo tempo em que se deprecia por não ser uma boa mãe e atribui a esse fato a causa de sua infelicidade, Margarida evoca a figura do juiz, para situar na pessoa dele a mesma recriminação e para atribuir à medida jurídica a capacidade de acabar com seu sofrimento: Ganhar na Justiça será, então, a condição necessária para que ela seja feliz.

A guarda do filho ser atribuída ao pai reedita uma velha e conhecida sentença: ela é uma mulher sem valor, porque é incapaz de ser mãe. Essa sentença, por sua vez, tem alguma conexão com um decreto silencioso que a condenou a viver num mundo onde ela não sabe muito bem quem ela é. Quanto tempo se passou entre a primeira sentença e sua confirmação? Não sabemos ao certo. Ela também não. Mas quem sabe a repetição poderia burlar o tempo cronológico e fazê-la retroceder ao tempo em que lhe faltou o reconhecimento do outro para, finalmente, ganhar aquilo, seja lá o que for, que perdeu injustamente?

#### **Desapareció Margarita: notas sobre un caso de clínica ampliada**

Resumen: Este artículo consiste en la discusión de un caso que atendí como psicóloga perita en una acción de guardia de un hijo. Utilizo los artículos *La madre muerta*, de André Green, y *El caníbal melancólico*, de Pierre Fédida, para pensar las peculiaridades de la identificación materna que estarían en juego en el caso de una mujer que, viviendo en una constelación psíquica marcada por estados de vacío, no logra ser madre de sus hijos.

Palabras clave: feminidad, maternidad, identificación, melancolía

**Daisy disappeared: notes on a case of extended practice**

Abstract: This paper is a discussion of a case handled by me as a legal psychologist in a child custody case. Using André Green's article The Dead Mother and Pierre Fédida's The Melancholy Cannibal, I analyze the peculiarities of maternal identification present in the case of a woman that, living in a psychic framework marked by mental states of emptiness, cannot be a mother to her children.

Keywords: femininity, maternity, identification, melancholy

**Referências**

- Abraham, K. (1970). Breve estudo do desenvolvimento da libido, visto à luz das perturbações mentais. In K. Abraham, *Teoria psicanalítica da libido: sobre o caráter e o desenvolvimento da libido*. (pp. 81-160). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1924)
- Bollas, C. (1992). *A sombra do objeto*. Rio de Janeiro: Imago.
- Fédida, P. (1999). O canibal melancólico. In P. Fédida, *Depressão*. (pp. 61-69). São Paulo: Escuta.
- Freud, S. (2004a). À guisa de introdução ao narcisismo. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. In S. Freud, *Edição brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (L. A. Hans, trad., Vol. 1, pp. 95-119). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914)
- Freud, S. (2004b). Luto e melancolia. Escritos sobre a psicologia do inconsciente. In S. Freud, *Edição brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (L. A. Hans, trad., Vol. 2, pp. 99-122). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1915)
- Green, A. (1988). A mãe morta. In A. Green, *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. (pp. 247-282). São Paulo: Escuta.
- Suannes, C. A. M. (2011). *A sombra da mãe: psicanálise e vara de família*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Cláudia Amaral Mello Suannes  
Av. Brig. Faria Lima, 1811, conj. 1325  
01452-913 São Paulo, SP  
Tel: 11 3097-0699  
clausuannes@gmail.com

Recebido em: 11/5/2012  
Aceito em: 13/6/2012